

UMA REFLEXÃO SOBRE A SEGREGAÇÃO ESPACIAL URBANA NA REGIÃO DE BLUMENAU

Resumo

Diante de constantes alterações sociais, econômicas e políticas recorrentes nos municípios brasileiros, surge uma instigante demanda de estudo, qual seja, a segregação espacial urbana na região de Blumenau, em Santa Catarina. O desenvolvimento ocasionado pela produção industrial configurou-se como um fator essencial de crescimento populacional e expansão urbana da região, acarretando em complexidades de planejamento e na segregação espacial urbana. Este estudo tem como objetivo realizar uma reflexão acerca da segregação espacial urbana no município em relação ao planejamento urbano diante do processo de expansão. Quanto a metodologia, esta pesquisa caracterizou-se por ser uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório. Ao final, foi possível verificar importância de um planejamento, gestão e controle efetivos para a questão urbana, a fim de proporcionar um ambiente com boa qualidade de vida à população, com moradias dignas e opções de lazer.

Palavras-chave: Segregação espacial urbana. Desenvolvimento. Urbanização. Blumenau.

1 INTRODUÇÃO

A ocorrência do fenômeno desenvolvimento nas cidades não ocorre da mesma forma, deste modo verificam-se diferentes regiões que requerem diferentes políticas públicas. Assim, em função dessas desigualdades a gestão municipal tem a responsabilidade de gerenciar de maneira específica cada qual com suas peculiaridades. Cabe destacar que, com o crescimento acelerado e desordenado esta tarefa torna-se ainda mais complexa.

No período pós-Revolução Industrial verifica-se o aumento no adensamento populacional urbano em razão das indústrias que atraem a massa trabalhadora para as cidades. Surge então, um modelo de vida sustentado no consumo e verifica-se a partir desse momento o surgimento de grupos sociais com necessidades e exigências particulares.

A sociedade urbana industrial é concebida por um processo em que se explodem as antigas formas urbanas, a concentração da população acompanha a dos meios de produção e o tecido urbano prolifera. A dinâmica territorial se torna complexa e contraditória e seu conteúdo social se expressa concretamente na periferia expandida, na proliferação de conjuntos habitacionais, na formação de suntuosos condomínios fechados, dentre outras possibilidades (ARANHA-SILVA, p. 410, 2010).

As aglomerações humanas sempre tiveram muita importância para o desenvolvimento social e estas aglomerações tornam-se cada vez mais intensas, e ganhando destaque na organização das sociedades (SCHLINDWEIN, 2013, p. 182). De acordo com Aranha-Silva (2010, p. 403), as alterações frequentes no cotidiano da vida urbana geram efeitos em razão de sua expansão, segundo o autor “A (re)estruturação, requalificação, (re)centralização de uma cidade pode ocorrer simultaneamente devido o seu processo de expansão, o que torna o território urbano mais complexo, fragmentado e a interação social se dá por meio das relações interpessoais e coletivas”.

Ao analisar o crescimento desordenado e a relação com a disponibilidade e preços de novos imóveis, Villaça (1986, p. 61) pondera que “A cidade crescerá de forma caótica, sem o zoneamento ou a regulamentação dos loteamentos. Ao mesmo tempo, entretanto, e contraditoriamente, se reconhece que, se os lotes destinados aos loteamentos populares foram produzidos segundo os requisitos da lei, ele será caro demais para os pobres”.

Nesse sentido, para Maricato (1996 apud Aranha-Silva, 2010) uma das características das deficiências no ordenamento territorial urbano é o notável crescimento de favelas ou de moradias improvisadas:

[...] tendo como consequências sociais a explosão da violência urbana, e que se atribui, muitas vezes, às lideranças populares a responsabilidade por aquilo que é resultado de um processo alimentador da desigualdade social e da concentração de terra, renda e poder.

Segundo Schlindwein (2013, p. 184) o ambiente urbano mostra-se mais degradado quanto menor a renda de seus moradores:

Nesses locais faltam projetos de saneamento básico, principalmente no que se refere à distribuição de água tratada e destinação adequada do esgoto e dos resíduos sólidos, acarretando maior índice de proliferação de doenças. Nas áreas de maior poder aquisitivo, verifica-se que dificilmente encontra-se esgoto a céu aberto, uma das razões para isso é o maior acesso a informações, podendo reivindicar com mais facilidade aos órgãos competentes e ter a solução com mais rapidez.

Nessa perspectiva Cardoso (2003, p.12), apresenta acerca da intervenção do Estado junto aos bairros onde vivem pessoas muito empobrecidas, pois se deve construir um consenso sobre a necessidade de mudar a política de erradicação das favelas por ações de urbanização que preservem o patrimônio construído e, garantam a segurança de posse, provendo a infraestrutura, permitindo o investimento dos próprios moradores nas melhorias habitacionais.

Bonduki (1998, p. 20) expõe que “A expansão da cidade e a concentração de trabalhadores ocasionam inúmeros problemas, a segregação social do espaço impede que os diferentes estratos sociais sofram da mesma forma os efeitos dos problemas urbanos”. O autor é contundente ao afirmar que:

[...] transferir para o Estado e para os trabalhadores o encargo de mobilizar os recursos e o esforço necessário para enfrentar o problema da moradia popular, vai ao encontro do desejo da elite: eliminar as moradias precárias do centro da cidade e segregar o trabalhador cada vez mais na periferia (Bonduki, p. 77).

Em defesa da atuação do Estado, na elaboração de políticas públicas, controle habitacional, entre outros, se torna necessária nas palavras de Aranha-Silva (2010, p. 406) “Indiretamente, através do financiamento aos consumidores e as firmas construtoras, ampliando a demanda solvável e viabilizando o processo de acumulação capitalista e, diretamente, o próprio Estado é o produtor das unidades habitacionais”.

Em outro ponto de vista, Schlindwein (2013, p. 183) comenta a participação do Estado como um dos principais agentes transformadores do espaço urbano:

[...] porém nem sempre sua atuação ocorre de forma a proporcionar verdadeiras melhorias à população. Ele também tem um papel decisivo na implantação de bens de consumo coletivo ou, em outros termos, proporcionar infraestrutura adequada aos cidadãos. Isso quer dizer que o Estado influencia e, muitas vezes, incentiva a segregação espacial.

Em relação às políticas de urbanização planejadas e conduzidas pelo Estado:

[...] por meio de programas diversos, apenas atenuam as distorções no processo de urbanização das cidades, pois as desigualdades sociais presentes têm suas raízes na própria formação social e que é decorrente das relações sociais estabelecidas entre os moradores urbanos, não apenas em nível local e no espaço de moradia, mas fundamentalmente a partir das relações de trabalho. Pressupõe que a incapacidade do Estado em formular e implementar uma política habitacional consistente seja uma das causas da formação, expansão e consolidação de soluções informais de produção de moradia, entre elas, o padrão periférico de crescimento da cidade. (ARANHA-SILVA, p. 406).

O objetivo geral deste trabalho é realizar uma reflexão acerca da segregação espacial urbana no município de Blumenau/SC em relação ao planejamento urbano diante do processo de expansão.

2 UM BREVE RELATO SOBRE A OCUPAÇÃO TERRITORIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA E O SURGIMENTO DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU

A colonização da então capitania de Santa Catarina teve início em 1748, com a chegada dos açorianos e madeirenses, promovida por D. João V. Os imigrantes das ilhas portuguesas eram, em geral, pescadores e agricultores, que pela experiência dessas atividades, ganharam a posse da terra – cerca de 1.650m de lado para cada casal. Com a transferência da corte portuguesa para o Brasil em 1808, mudanças nas políticas de povoamento aconteceram, eis que até aquele momento, o povoamento do Brasil era composto por colonos brancos de origem portuguesa, escravos africanos e indígenas. Com a nova política de povoamento, o governo português empenhou-se em estabelecer núcleos coloniais, incentivando a imigração europeia – em especial, alemães e suíços, distribuindo-os entre o Espírito Santo, Rio de Janeiro e Santa Catarina (HERING, 1987).

Logo após a independência do Brasil, que ocorrera em 1822, imigrantes irlandeses, belgas, franceses, poloneses e russos tentaram a criação de colônias. Os italianos, que vieram mais tarde – alguns em 1836 e a maioria após 1875, foram responsáveis pela fundação de vários núcleos importantes, mas foram as colônias alemãs que primeiro se desenvolveram economicamente, ultrapassando o trabalho exclusivamente agrícola, explorando o comércio e a industrialização (HERING, 1987).

A rede urbana catarinense no sentido Leste-Oeste, sendo colonizado o litoral e posteriormente os vales, planalto e avanço para a fronteira agrícola do oeste do estado. A partir da década de 30 vários municípios foram emancipados e na década de 50 e 60 se dividiu em três zonas: o Alto Vale, com maior dinamismo geográfico, o Médio Vale, com Blumenau e Brusque com suas indústrias têxteis e o Baixo Vale, como escoadouro de produção. O relevo acidentado, a hidrografia com diversas

bacias isoladas, a deficiência da rede de transportes, a formação histórica, as diferenciações culturais e a localização da capital em uma ilha tiveram forte influência na formação do espaço. (SIEBERT, 1997).

Os 14 municípios que constituem o Médio Vale do Itajaí originaram-se, direta ou indiretamente, de Itajaí, a partir dos desmembramentos de Blumenau (1880) e Brusque (1881). Uma característica de Santa Catarina é não apresentar dominância absoluta de uma única cidade, mas sim, uma distribuição multipolarizada de núcleos urbanos de médio porte, fato que traz independência e autossuficiência a cada região, que geralmente, possui uma cidade-polo, a exemplo da cidade de Blumenau.

O município de Blumenau sofreu uma série de mudanças, desde a sua colonização. Em 1850, 17 imigrantes alemães trazidos pelo filósofo, administrador e químico, o alemão Dr. Hermann Bruno Otto Blumenau, procurador da Sociedade de Proteção aos Imigrantes Alemães do Sul do Brasil, fundou a cidade de Blumenau. Inicialmente, a exploração da região, por ordem do Dr. Blumenau, teve início com os engenheiros August Wunderwald e Emil Odebrecht, sendo este último, responsável pela medição e distribuição dos lotes coloniais. O desbravamento foi difícil, pois o território era coberto por capoeirão e selva, habitado por animais selvagens e pelos índios Xokeng (SIEBERT, 1997).

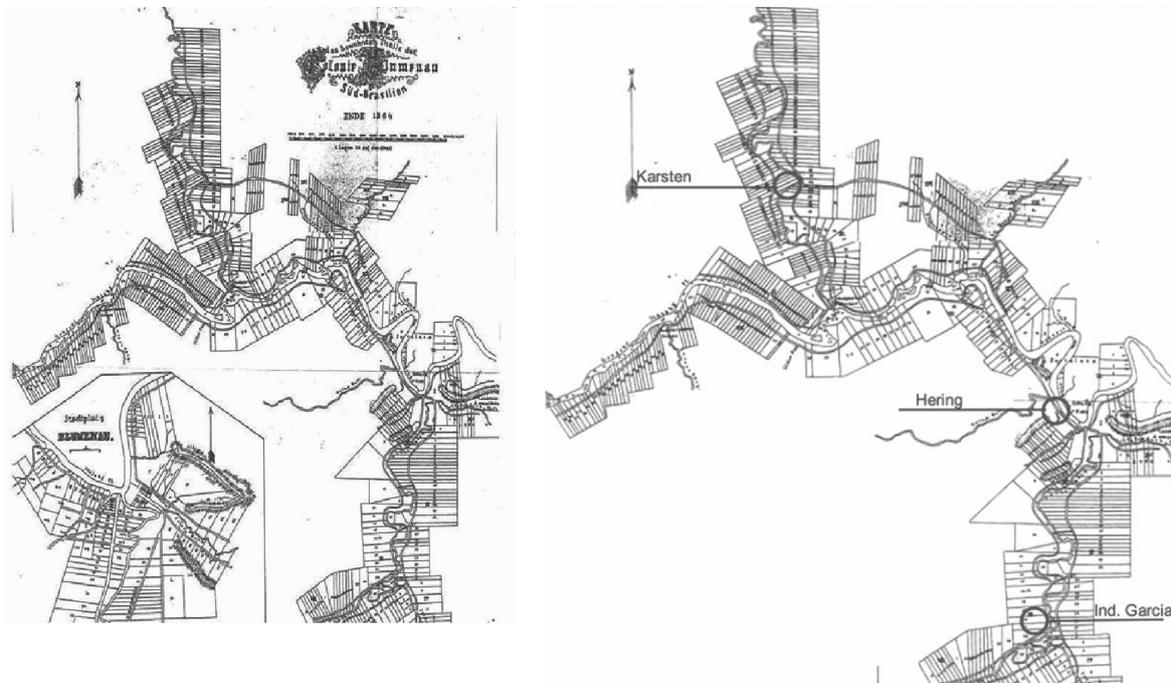
Já neste momento, foi possível verificar o desmatamento para uso do solo. Inicialmente, a ocupação da região seguiu o modelo alemão, chamado *Stadtplatz*, que se caracteriza no assentamento da população seguindo o curso do rio. Tal modelo ditou a ocupação urbana da cidade, que se manteve as margens do rio Itajaí-Açu, levando ao desmatamento da mata ciliar, ocupação indevida nas encostas, entre outros fatores que levaram ao agravamento das enchentes ao longo dos anos.

A Colônia Blumenau (Figura 01) dedicava-se, inicialmente, policultura de subsistência, com o cultivo de arroz, fumo, batata, mandioca, cana-de-açúcar, milho e feijão, bem como, ao artesanato. Em apenas 10 anos de existência, já contava com 24 engenhos de farinha, 34 engenhos de açúcar, 2 moinhos de milho, 3 alambiques, 2 serrarias, 3 olarias e 1 cervejaria (SIEBERT, 1997).

Em 1875, os imigrantes italianos chegam a Colônia de Blumenau, o que foi visto como um aspecto positivo em relação a religião local, eis que agora, além do núcleo luterano, consolidou-se também o catolicismo. Os italianos cultivaram a terra e produziram seus produtos agrícolas, que eram negociados em casas de comércio. Uma das alternativas que os italianos encontraram para se libertarem do jugo comercial de Blumenau foi a formação de cooperativas. O objetivo das mesmas era unir os colonos e vender os produtos diretamente ao comprador, seja no Brasil ou no

exterior, dando um maior lucro ao agricultor. Essas cooperativas foram desenvolvidas em quase todas as comunidades italianas de Blumenau (BERRI, 1993).

Figura 01- Colônia de Blumenau 1864.



Fonte: Arquivo histórico de Blumenau, adaptado pelas autoras.

Em 1880, a Colônia de Blumenau já contava com mais de 14.000 habitantes, sendo criado o município de Blumenau. Neste ano, a industrialização já estava acelerada. Em 1898, foram fundadas as primeiras indústrias do ramo têxtil na região de Blumenau (Hering, Karsten e Artex), em Brusque (Renaux) e em Indaial na região do Ribeirão Encano (Fecularia Lorenz). Contudo, no período entre 1914 e 1945, com a grande depressão de 1929, o mercado internacional estava em crise, e isto fez com que as empresas voltassem a sua produção para o atendimento ao mercado nacional, uma vez que havia restrição quanto as exportações durante esse período. Com isso outros setores começaram a se desenvolver com a instalação de empresas na região como: Gaitas Hering (brinquedos e instrumentos musicais), Chocolates Saturno, Chocolates Sander, (alimentos), Eletro Aço Altona (fundição), Fábrica de Chapéus Nelsa, Maju Indústria Têxtil, Teka Tecelagem Kuenhrich, Bancos, Cremer S/A (fabricação de produtos medicinais) entre outras empresas que se desenvolveram nos municípios localizados nos arredores de Blumenau (HERING, 1987).

Devido à grande industrialização que se evidencia nas cidades, as pessoas passaram deixar as áreas rurais, deslocando-se para as áreas urbanas. Durante o período entre 1963 e 1980 o Vale do Itajaí alcança a posição de terceiro polo do

complexo têxtil e do vestuário do País (SIEBERT, 1997). Frente à acentuação da urbanização, bem como, o desvio das águas dos rios, muitos impactos ambientais surgiram. Durante a década de 1990, as indústrias catarinenses tornaram-se mais competitivas no mercado, na busca de atender as novas exigências do mercado nacional e internacional, todavia, as indústrias têxteis não deixaram de se concentrar na região do Vale do Itajaí.

Em que pese o período compreendido entre 1945 e 1975, tenha sido “a Era de Ouro do capitalismo” (HOBSEBAWM, 1995), chegando ao ponto de favorecer a formação de doutrinas que defendiam a possibilidade do sistema capitalista ter encontrado meios adequados para erradicar as crises cíclicas – consoante MARX, a partir de 1973, as crises voltaram a aparecer nos principais países capitalistas da Europa, iniciando o esgotamento do processo de acumulação.

Assim, na década de 1980 e início da década de 1990, o mundo capitalista deparou-se novamente com os problemas da época do período “entre guerras”, gerando o desemprego em massa, depressões cíclicas severas, contraposição cada vez mais espetacular de mendigos sem teto a luxo abundante, em meio a rendas limitadas de Estado e despesas ilimitadas de Estado (HOBSEBAWM, 1995).

Sob uma perspectiva neoliberal, a globalização surge como uma importante via de retomada do processo de acumulação das empresas dos países do capitalismo avançado. As indústrias iniciam uma fase de transformação, em especial, no que tange às mudanças tecnológicas e à crescente globalização. Já nos países em desenvolvimento, as transformações passaram a ocorrer na década de 1990. Infelizmente, toda essa evolução não foi um bom sinal para as indústrias têxteis do vale do Itajaí, que já estavam com um sistema ultrapassado e não conseguiram competir com as grandes empresas que dominavam o mundo. Tal problema foi evidenciado em todo o território nacional. Os anos 1970 e 1980 retrataram muitas dificuldades na indústria têxtil, em especial pelo aumento da concorrência associada às mudanças na demanda, à emergência de novos produtores, bem como, a difusão de novas tecnologias.

Destarte, a reestruturação produtiva teve seus reflexos na organização do espaço regional, gerando novas espacialidades, tendo em vista que as redes urbanas podem ser consideradas o resultado espacial da divisão territorial do trabalho. Nas regiões que têm sua economia baseada na indústria, como é o caso do Médio Vale do Itajaí-SC, os reflexos da reestruturação produtiva mundial e nacional são ainda mais evidentes. Pode-se afirmar que se trata de uma região já portadora de densidades técnicas, na qual se aprofunda ainda mais a divisão

territorial do trabalho, gerando uma reorganização produtiva do território (SIEBERT, 2006).

No final do século XX, a estrutura de produção do Médio Vale do Itajaí, cuja industrialização teve início ainda no século XIX, passou por um movimento de transformação, assumindo novas características, ao enfrentar a concorrência internacional. A reestruturação produtiva da região resultou também na alteração dos vínculos entre os territórios. A precarização das relações de trabalho da reestruturação produtiva leva também à precarização da moradia, pois a instabilidade empregatícia e a diminuição da renda anual, pela alternância entre emprego e desemprego, favorecem o movimento interno para zonas de menor valorização do solo. Blumenau e Brusque foram os municípios que mais apresentaram, no período 1980 – 2000, a ocupação de áreas de risco pela população de baixa renda. Assim, instaurou-se uma “cruel cadeia causal da exclusão sócio espacial, na qual o modelo econômico que vigora gera a exclusão econômica”. A falta de poder aquisitivo que possibilite o acesso ao mercado imobiliário formal gera a segregação espacial. Esta situação leva, finalmente, à exclusão social implícita na ausência de cidadania e na deficiência de infraestrutura e serviços urbanos (SIEBERT, 2006).

O PAES, como Programa de Ajuste Estrutural, teve uma atuação importante na alteração da economia nacional dos países que estavam endividados com FMI e com Banco Mundial, reestruturando-os na economia global (Chossudovsky, 1999). A nova configuração da economia provocou algumas mudanças nas estruturas de produção e de consumo nacional, conduzindo na diminuição dos custos da mão de obra e no declínio dos níveis de consumo pela grande maioria da população. Ocorreu que a grande parte da população teve uma queda no seu poder de consumo, e a classe considerada de alta renda, teve um aumento no consumo de bens duráveis, ocasionado uma disparidade entre as classes sociais, resultando em uma consecutiva onda de violência urbana. As áreas mais afetadas com pelos conflitos do “desenvolvimento urbano” são os territórios mais pobres, as ocupações irregulares, favelas, pois são os resultados edificados e concretos das consequências da política liberal.

O município de Blumenau é o centro prestador de serviços para o Vale do Itajaí e a terceira cidade mais populosa do estado de Santa Catarina. Atualmente, vem sendo marcado pela busca de um crescimento econômico a qualquer custo, fato que torna visível um crescimento em descompasso com o adequado desenvolvimento de uma região. Exemplo disso é o aumento da pobreza e das desigualdades sociais, aliando ao aumento de ocupação irregular da bacia hidrográfica e o agravamento dos

impactos gerados pelos desastres na vida das famílias que se encontram expostas ao risco.

A análise histórica do processo de formação da atual estrutura fundiária do Vale do Itajaí, ainda que de forma breve, destacando as características espaciais e culturais, possibilitará uma melhor compreensão da atual relação existente dessa região com os ciclos econômicos, ambientais, bem como a segregação espacial urbana, que é o tema central desse artigo.

3 O CRESCIMENTO CLAMA PELO DESENVOLVIMENTO, DEGRADAÇÃO AMBIENTAL E SEGREGAÇÃO ESPACIAL URBANA

Quando analisamos o processo de urbanização das cidades, precisamos ter a consciência que o mesmo está diretamente ligado com os impactos ambientais. Historicamente, em primeiro lugar, deve-se considerar que o crescimento das cidades está concomitantemente ligado ao processo de industrialização, em territórios contíguos, efeitos que afetam diretamente o meio ambiente, através da poluição. Além dos setores indústrias, as aglomerações urbanas são impactantes. São responsáveis pelo grande consumo energético, movimentação de terra, desflorestamento, alto nível de emissão de gases, poluição dos corpos d'água, contaminação e impermeabilização do solo e diversos problemas ambientais decorrentes da urbanização descontrolada.

A industrialização no município de Blumenau é símbolo de seu crescimento, contudo, trouxe consigo, consequências que retratam uma realidade lamentável para a sociedade. O segmento têxtil foi e é responsável por impactos consideráveis e irreversíveis no meio ambiente. A influência do homem na natureza trouxe consequências preocupantes, como a poluição dos rios, desmatamentos, extinção de espécies exóticas e a perda da biodiversidade. A sociedade clama por políticas de controle, preservação e recuperação do meio ambiente quanto a sua continuidade para as gerações futuras.

Em se falando do setor têxtil, sabe-se que a água é um dos elementos básicos para o processo de produção desta indústria, principalmente nas etapas de beneficiamento da malha de algodão, onde ocorre o tingimento da malha o qual provoca modificações na qualidade da água utilizada, devido às substâncias químicas que fazem parte do processo. Em se tratando do ar, sua qualidade é um dos pontos fundamentais no que se refere a proteção ambiental, pois os problemas respiratórios tornam-se mais graves devido à impureza das fumaças emitidas pelas chaminés das fábricas e descargas dos automóveis. Além disso, os resíduos sólidos bem como infiltração de águas contaminadas são constantes ameaças para a qualidade do solo no que se refere ao setor têxtil (SANTOS, 1997).

Marx já pensava na cidade como o lugar da modernidade e da democracia. O debate contemporâneo sobre os impactos das grandes transformações econômicas das relações sociais não tem fim. As transformações ocorridas com o processo de industrialização no município de Blumenau culminaram em seu crescimento e transformação em um grande centro industrial. Todavia, ao lado de um aparente sucesso econômico uma análise mais precisa revela numerosos problemas sociais e ecológicos (RAUD, 1999). O Plano Diretor Municipal, que limitava as áreas destinadas a construções, regulando o crescimento da cidade, não era cumprido e a realidade refletiu-se na ocupação de áreas ilegais e clandestinas, localizadas à beira de rios e encostas (SIEBERT, 2000).

Blumenau de acordo com Siebert (2012), como outras cidades brasileiras edificaram suas vilas operárias próximas as empresa, como uma estratégia para atrair e manter seus funcionários. Em 1920 a Empresa Industrial Garcia, construiu em seu entorno algumas moradias para seus trabalhadores, após foram adquiridos Artex, posteriormente pela Coteminas, e a Cia Hering.

Para Siebert (2012), a cidade de Blumenau na sua segunda fase da habitação social, através do Estado, recebeu recursos para financiar conjuntos habitacionais, porém de forma não muita expressiva. Foram edificadas 60 casas na Rua Romário da Conceição Badia, bairro Itoupava Norte, que foram financiados pela Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina – COHAB, nos anos de 1970, e por um conjunto habitacional multifamiliar, com 72 apartamentos, citado na Rua Amazonas, e foi financiado pelo BNH, nos anos de 1980.

Ainda citando Siebert (2012), a terceira fase da habitação social, como a omissão do Estado em assumir seu papel, perante as demandas habitacionais a população de baixa renda buscou alternativas para resolver seus problemas com a falta de moradia, através de autoconstrução de assentamentos precários. Para Siebert:

O espaço urbano de Blumenau foi formado a partir da materialização do processo produtivo, no qual, em função da concentração de renda inerente ao modo de produção capitalista, a desigualdade social sempre esteve presente. A exclusão econômica levou a população carente a ocupar as áreas mais desvalorizadas da cidade – áreas de risco em áreas de preservação – em um processo que gerou exclusão espacial e social. (SIEBERT, 2000).

Esses espaços de exclusão ocupados, pela população de baixa renda, para Siebert (2012), nem sempre é periférica, sendo algumas áreas ocupadas próximo ao centro da cidade, para aproveitar suas vantagens locais

Com a expansão da economia durante a década de 1970, uma das consequências no meio urbano foi o crescimento da exclusão da população de baixa renda. Com o crescimento do desemprego na década de 1980, houve um aumento nas construções de moradia em ocupações consideradas ilegais, e até mesmo em áreas de risco. Samagaia (2010) chegou a registrar 47 áreas de concentração da pobreza e de habitação precárias em Blumenau, todas caracterizadas pela autoconstrução. Para Moser (2010), as condições de pobreza que levaram à autoconstrução em Blumenau. No ano de 1980, através do decreto 1.567, foi estabelecida uma grande área de APP – Área de Preservação Permanente, na região sul da cidade, onde determinava o fim do parcelamento do solo, devido a declividade acentuada. Mesmo com o decreto assinado, as chamadas ocupações irregulares continuaram acontecendo, sem nenhuma intervenção do poder local. No ano de 1990, aconteceu uma enxurrada, que afetou a região Sul da cidade, no bairro Garcia (Figura 02), que atingiu mais de seis mil pessoas, com 22 mortes, 67 deslizamentos e 307 moradias ficaram em situação de risco iminente. Siebert (2009), afirma que as casas atingidas estavam edificadas em áreas ilegais em áreas de preservação permanente. Algumas ações foram realizadas pela Prefeitura, através da sinalização de áreas de riscos, porém não impediu novas ocupações.

Figura 02- Enxurrada no bairro Garcia (1990)



Fonte: Acervo do Professor Juarês José Aumond.

Até o ano de 1996, o setor de habitação popular estava locado juntamente

com a Secretaria de Assistência Social, no primeiro ano de mandato do prefeito Décio Nery de Lima (PT), no ano de 1997 o então Superintendência de Habitação, passou a fazer parte da Secretaria de Planejamento, sendo totalmente restruturado, onde foram implementados novos programas e projetos. Em 2001, Blumenau, passou a contar com recurso oriundo da União, através do Programa de Arrendamento Residencial – PAR. Que foram edificados cinco conjuntos habitacionais multifamiliares em Blumenau, num total de 656 apartamentos.

No ano de 2006, foi aprovado o primeiro Plano Diretor de Blumenau, sendo elaborado de forma participativa, com propriedades do previstas no Estatuto da Cidade. Neste mesmo ano, Blumenau condescendeu ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS). No ano de 2007, o governo municipal criou a Secretaria de Regularização Fundiária e Habitação – SEREFH, como o objetivo a diminuição do déficit habitacional e a promoção do planejamento da ocupação humana, nas áreas irregulares e precárias, através de programas, projetos sociais e políticas públicas que foquem a diminuição das desigualdades sociais.

A cidade de Blumenau, no ano de 2008 (Figura 03), foi atingida pela catástrofe que se caracterizou pela combinação de inundações e deslizamentos de terra que desencadearam impactos de grandes proporções, resultando, entre outros prejuízos, em vinte e quatro vítimas fatais, aproximadamente cinco mil pessoas desabrigadas e mais de vinte e duas mil desalojadas (FRANK; SEVEGNANI, 2009).

Figura 03- Deslizamento no bairro Garcia (2008)



Fonte: Acervo do Professor Juarês José Aumond.

Para Peixer (2014, p.1) o desastre resultou da combinação de dois conjuntos de variáveis: fatores naturais que desencadearam o evento e fatores sociais que trouxeram os impactos.

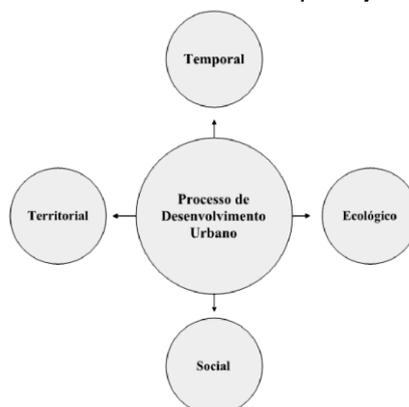
O poder público de Blumenau-SC, para atender a demanda habitacional, gerada pela catástrofe de 2008, teve que adotar medidas de caráter emergencial, através de programas para atender as famílias que foram atingidas e desabrigadas, assim ele fez a aquisição de 10 terrenos em áreas diversas da cidade, com recursos doados pela população brasileira, para a construção de imóveis.

Estes imóveis foram financiados pelo Programa “Minha Casa, Minha Vida - PMCMV,” Lei Federal nº 11.9977/2009, localizado em seis diferentes bairros da cidade. Esses empreendimentos se transformaram em conjuntos habitacionais, multifamiliares, construídos em blocos de quatro ou cinco pavimentos e logo que estavam prontos foram habitados pelas famílias atingidas na catástrofe.

Segundo Peixer (2014), nas críticas quanto este tipo de empreendimento destacam-se aquelas relacionadas à precária inserção urbana, à monotonia e baixa qualidade dos perderam suas casas e foram para abrigos e alojaram-se em casa de vizinhos, parentes ou amigos e dos projetos urbanísticos e arquitetônicos; falta de participação social nas fases de projeto e marginalização persistente da parcela atendida da população, em geral instalada na periferia, distante dos serviços públicos e de outras conveniências urbanas.

O crescimento clama pelo desenvolvimento, a degradação ambiental e segregação espacial urbana nas cidades, nos meios urbanos são as principais consequências do processo de industrialização nos centros urbanos. Se compararmos as quatro dimensões mais utilizadas para um planejamento da sociedade sustentável, sendo elas: temporal (geração futura), territorial (escalas sociais) e grupos vulneráveis e ecológicos (meio ambiente), percebemos que o processo de desenvolvimento urbano afeta todas essas dimensões. Perante essa intervenção sem controle do crescimento das cidades podemos perceber que Blumenau, não ficou fora desse processo.

Figura 04- Esquema das dimensões do planejamento sustentável



Fonte: As autoras.

O autor Pedrazzini (2006), afirma que essas divisões urbanas estabelecidas não são e não atuam de forma, elas operam e acabam atuando em benefício dos interesses da uma minoria e contra a maioria, ou seja, dos trabalhadores, da classe menos favorecidas e isto preocupa muitos pensadores, pela ideologia que defendem. A população, desprovida de qualquer meio de sobrevivência, em situação de vulnerabilidade social, cria estratégias e mecanismos para conseguir se inserir no contexto da social da sociedade, porém, mediada nos princípios neoliberais. Considerando desestruturação das cidades, nos seus aspectos mais visíveis, como por exemplo, a informalidade do espaço, da economia, e social, concretizou no decorrer da história, formas de reprodução social, contextualizada na família, no trabalho e na educação. Na maioria das vezes a população que reside nesses espaços informais, acostuma-se com a situação imposta de vulnerabilidade, ou pelo senso comum, e não conseguem discernir de maneira crítica o que levou a estar em tal situação.

4 UMA RESPOSTA A PROBLEMÁTICA

Não há como negar que o Estado de Santa Catarina teve uma história de pleno crescimento e expansão econômica, aliados a uma relativa independência em relação ao desenvolvimento econômico do país. O surto da industrialização, ocorrido entre o final do século XIX e início do Século XX, tornou a região de Blumenau atrativa para investidores, empresários e trabalhadores. A população do município de Blumenau aumentava de forma visível e a busca pelos centros urbanos.

A localização geográfica do município de Blumenau e as indústrias, bem como o desemprego em massa no final do século XX e início do século XXI, agregado ao alto custo para morar na região central, foram fortes fatores que levaram muitos trabalhadores a procurarem locais irregulares para fixar suas moradias. Conforme exposto neste trabalho, são muitos espaços urbanos ocupados por esses grupos sociais, caracterizados como favelas ou periferias. Esses espaços parecem esquecidos pelas políticas municipais e estaduais, localizados tipicamente nas encostas dos morros da cidade. Tanto a segregação espacial urbana, como os problemas ambientais decorrentes da industrialização trouxeram uma realidade preocupante para o município de Blumenau. São esses os principais aspectos abordados nesse estudo, aos quais se vislumbra a possibilidades de soluções.

4.1 MAIS MORADIAS DIGNAS, MENOS PROBLEMAS AMBIENTAIS, MAIS CIDADANIA.

A resolução de problemas por meio de políticas públicas não depende exclusivamente de boas leis traçadas no papel. As chances de alcançar o que se almeja, aumenta conforme o grupo social envolvido seja sabedor de seus direitos e tenha conhecimento dos riscos à que está exposto, quando for o caso. Educação é a base de qualquer sociedade e a Educação ambiental, principalmente no município de Blumenau, é algo essencial. Em que pese à importância desse assunto, optou-se por trazer alternativas de soluções mais urgentes para os problemas já evidenciados e tratados nesse estudo.

O problema da segregação espacial urbana no município de Blumenau merece atenção imediata, cujas soluções, dependem principalmente, daqueles que detém o poder. Busca-se políticas eficientes, que não fiquem apenas no “papel”, como vem ocorrendo reiteradamente. As políticas públicas são metas coletivas, que coordenam a ação do Estado e, devem permitir a sociedade, que acompanhe e fiscalize sua atuação.

A questão habitacional e de uso e ocupação do solo urbano, figuram dentre os inúmeros problemas enfrentados no município de Blumenau. Para que a administração pública consiga promover justiça social, cidadania e a sustentabilidade das cidades brasileiras terá obrigatoriamente que se debruçar sobre essas questões, com o devido interesse. Tem-se que a regularização fundiária é algo primordial na base das políticas públicas de moradia do município de Blumenau. A reorganização urbanística, visando a promoção de qualidade de vida e bem estar aos cidadãos, deve ser a meta do Estado.

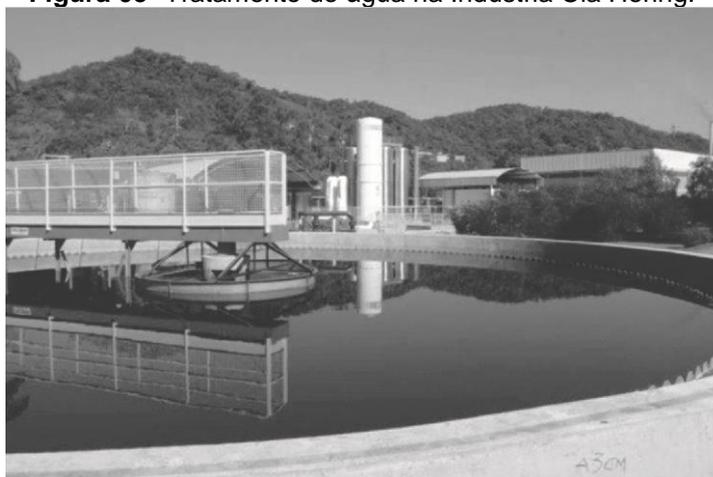
4.2 O SONHO DA CIDADE SUSTENTÁVEL: MITO OU REALIDADE?

Em meio ao crescente processo de globalização é difícil pensar em políticas industriais sustentáveis, que tragam garantias para um desenvolvimento equilibrado, contudo, a prática de algumas empresas já vem demonstrando que isso é possível. A política ambiental brasileira nasceu e se desenvolveu nos últimos quarenta anos como resultados da ação de movimentos sociais locais e de pressões vindas de fora do país. Do pós-guerra até a Conferência de Estocolmo (1972), não havia propriamente uma política ambiental, mas sim, políticas que acabaram resultando nela. Pode-se afirmar que estas políticas se desenvolveram de forma tardia em relação às demais políticas setoriais brasileiras.

É preciso uma visão sistêmica das diferentes dimensões da relação entre sociedade e natureza, desenvolvendo uma compreensão ampla das repercussões ambientais sobre a vida social, em especial dos efeitos das transformações ambientais sobre a saúde da população em geral.

Diversas empresas podem ser citadas quanto à utilização sustentável de seus recursos para o processo produtivo. Há de citar o exemplo da empresa blumenauense Cia Hering (Figura 05), a qual realiza o tratamento da água utilizada. “A água usada na fabricação dos tecidos é devolvida ao meio ambiente depois de passar por um processo de limpeza. Todos os meses, a empresa trata em média 121.000 metros cúbicos de água. Cerca de 30% do volume tratado é reaproveitado” (Melo, 2016).

Figura 05- Tratamento de água na Indústria Cia Hering.



Fonte: Acervo Cia Hering.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atual conjuntura econômica mundial tem levado um empobrecimento da classe média, causada pelos baixos salários, pelo aumento do desemprego, com a precarização do mercado do trabalho, o número de pessoas, de famílias em situação de vulnerabilidade social tem aumentado. A sociedade, como um todo, está passando por um momento de turbulências internas, pode-se dizer, uma falta de identidade, além dos crimes contra o patrimônio público e privado, vem ocorrendo uma série de atos que são consequência do crescimento desordenado das cidades, como, as ocupações de áreas irregulares ou de riscos, depreciação dos equipamentos destinados a usos coletivo da população, depredação e agressão ambiental, drogadição, violência física e sexual e outros. O reflexo dessa sociedade desigual acontece através da criação do mercado, da industrialização, da proletarianização dos trabalhadores e das fábricas.

Atuar para atender às necessidades de um mercado de consumo e produzir riquezas monetárias, já não pode ser suficiente. A consciência da preservação do meio ambiente e dos recursos naturais deve ser fator presente na vida de todos e também das grandes indústrias. Com a questão ambiental cada vez mais relevante como fator de transformação e convivência harmoniosa nas cidades, para Schlindwein (2013, p. 181) a relação desenvolvimento e meio ambiente é uma relação “ [...] que se torna mais grave nas cidades, visto que a degradação parece ser mais intensa no meio urbano. As cidades são cenários de sérios problemas ambientais, pois seu planejamento não consegue acompanhar e direcionar o crescimento”.

Este estudo permitiu uma análise e reflexão acerca da forma de ocupação da cidade de Blumenau, que acarretou em uma urbanização desorganizada e delimitada por um rio, ribeirões e indústrias que dominaram por um longo período a economia local. Por fim, com esta pesquisa a reforçou a importância de um planejamento, gestão e controle efetivos para a questão urbana, a fim de proporcionar um ambiente com boa qualidade de vida à população, com moradias dignas e opções de lazer. A maior riqueza será uma vida próspera e que possa ser vivida.

6 REFERÊNCIAS

ARANHA-SILVA, Edima. Produção de moradias e expansão da periferia: nova dinâmica territorial urbana em Três Lagoas/MS. **X Encontro de História de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas: Ed. UFMS**, p. 403-423, 2010.

BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil**. São Paulo: Liberdade, 1998.

CARDOSO, A. L. **Política nacional de urbanização e regularização de assentamentos precários**. Ministério das Cidades. Brasília-DF, 2003.

CHOSSUDOVSKY, M. **A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e Banco Mundial**. Tradução de Marylene Pinto Michel. São Paulo: Moderna, 1999.

BACCA, Lauro. Considerações e opiniões sobre a questão ambiental. In: **Dynamis Revista Tecno-Cinetífica**, vol. 8, nº. 33, Outubro/Dezembro, 2000. FURB. Blumenau.

BERRI, Aléssio. **Imigrantes Italianos, Criadores de Riquezas**. Blumenau. Fundação “Casa Dr. Blumenau”, 1993.

FRANK, B. **Uma História das Enchentes e Seus Ensinamentos**. In FRANK, B; PINHEIRO, A.(Org) Enchentes na Bacia do Rio Itajaí: 20 anos de experiências. Blumenau: Edifurb, 2003.

FRANK, Beate; SEVEGNANI, Lúcia. Desastre de 2008 no Vale do Itajaí: água, gente e política. Blumenau: Agência de Água do Vale do Itajaí, 2009.

HERING, M. L. R.. **Colonização e Indústria no Vale do Itajaí: o Modelo Catarinense de Desenvolvimento**. – Blumenau: Ed. da Furb, 1987.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX – 1914 – 1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MARICATO, E. **A metrópole na periferia do capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MELO, Luísa. Por dentro da centenária Hering em Blumenau. Exame.com. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/negocios/por-dentro-da-sede-da-hering-em-blumenau/>>. Acesso em 02 jul. 2017

MOSER, Magali. A indistigável favelização em Blumenau. Blumenau em Cadernos. Blumenau: Ed.Cultura em Movimento, Abril 2010

PEDRAZZINI, Y. **A violência das cidades**. Tradução de Giselle Unti. Petrópolis: Vozes, 2006.

PEIXER, Keila Tyciana, **Programa Minha Casa Minha Vida: adequação dos projetos às características das famílias moradoras. O caso de Blumenau-SC e a resposta ao desastre de 2008** /Keila Tyciana Peixer. - 2014. - 204 f.:il.

RAUD, Cécile. **Indústria, território e meio ambiente no Brasil: perspectivas da industrialização descentralizada a partir da análise da experiência catarinense**. Florianópolis: Ed. da UFSC; Blumenau: Ed. da FURB, 1999.

SANTOS, Simone. **Impacto ambiental causado pela indústria têxtil**. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENESEP1997_T6410.PDF. Acesso em 22.jun.2017

SAMAGAIA, Jacqueline. **Globalização e Cidades: Reconfigurações dos Espaços de Pobreza em Blumenau**. (Tese de Doutorado) Florianópolis: UFSC, 2010.

SCHLINDWEIN, Jaqueline Renata. Segregação urbana e ambiental: uma análise da cidade de Caxias do Sul/RS. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 40, n. 2, 2013.

SIEBERT, Claudia. **Estruturação e desenvolvimento da rede urbana do Vale do Itajaí**. Blumenau: Editora FURB, 1997.

_____. **O risco da omissão: tragédia e política habitacional em Blumenau - SC**. In: II Congresso Ibero-americano sobre Habitação Social: Ciência e Tecnologia - Anais. Florianópolis: UFSC, 2009.

_____. **Blumenau fim de século: o (des)controle urbanístico e a exclusão sócio-espacial**. In: THEIS, Ivo et al (orgs.) Novos olhares sobre Blumenau: contribuições críticas sobre o seu desenvolvimento recente. Blumenau: Editora da FURB, 2000. p. 277-310.

_____. BACK, Carla Cíntia. TENFEN, Sulana. **Política Habitacional Em Blumenau: Evolução E Segregação**. V Congresso Brasileiro e III Congresso Ibero-Americano Habitação Social: ciência e tecnologia "Inovação e Responsabilidade" 12 a 15 de novembro de 2012, Florianópolis.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1986.